



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES

LETRAS

DANIELLY BENICIO DE BRITO

A LEI 10.639/03 E O DESAFIO DE EFEITOS PRÁTICOS

BRASÍLIA - DF

DEZEMBRO/2012

DANIELLY BENICIO DE BRITO

A LEI 10.639/03 E O DESAFIO DE EFEITOS PRÁTICOS

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientador professor Dr. Amauri Rodrigues.

BRASÍLIA - DF
DEZEMBRO/2012

DANIELLY BENICIO DE BRITO

A LEI 10.639/03 E O DESAFIO DE EFEITOS PRÁTICOS

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientador o professor Dr. Amauri Rodrigues

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelas oportunidades que me foram dadas na vida, principalmente por ter conhecido pessoas e lugares interessantes, mas também por ter vivido fases difíceis.

À minha mãe por ter me amparado em todos os momentos de dificuldades, me dando forças e me ensinando que a vida é feita de lutas. Ao meu pai que me ajudou nessa caminhada, sem ele, com certeza, não teria conseguido.

Ao meu irmão, por todo amor e dedicação que sempre teve comigo, homem pelo qual tenho maior orgulho de chamar de irmão. Meu eterno agradecimento pelos momentos em que estive ao meu lado, me apoiando e me fazendo acreditar que nada é impossível, irmão dedicado, amigo, batalhador, que abriu mão de muitas coisas para me proporcionar à realização deste trabalho.

Agradeço em especial este trabalho ao meu orientador Dr. Amauri Rodrigues. Agradeço sempre pelos inúmeros puxões de orelha, que sempre soaram como incentivo, as conversas sobre momentos difíceis que passei, sempre soube me aconselhar, pessoa que sigo como exemplo, que tenho verdadeiro carinho e admiração.

Aos amigos que fiz durante o curso, pela verdadeira amizade que construímos, em particular aqueles que estavam sempre ao meu lado (Flavia e Sarah). Aos meus professores, agradeço pelo conhecimento transferido e pelas horas de alegria.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares, pelo carinho e pela compreensão, todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meu eterno AGRADECIMENTO.

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a lei 10.639/03 e a sua relevância na sociedade brasileira, buscando mostrar aos educadores a importância de se trabalhar à lei 10.639/03 no âmbito escolar. A referida lei em vigor há aproximadamente 10 anos mostra que o racismo e a discriminação que são manifestados em escolas podem ser combatidos por práticas pedagógicas. Porém, o trabalho mostra que, para ser desenvolvido um trabalho de combate e discriminação racial pelo docente em sala de aula, é necessária uma formação acadêmica adequada, que muitas vezes não é oferecida pelas universidades. A discussão está a cerca do que tem sido feito nas universidades de ensino tanto públicas quanto particulares, quando se trata da formação de professores no que diz respeito à lei 10.639/03. Outro ponto levantado e que merece destaque é a utilização dos livros didáticos como apoio para o docente e a criação de livros especializados que procuram dar suporte, porém não são utilizados em sua grande maioria por despreparo de muitos docentes.

Palavras- chave: lei 10.639/03. Influências Africanas. Racismo. Formação de Professores. Livros Especializados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – CAMINHOS E DESCAMINHOS	8
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	15
CAPÍTULO III – ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DA LEI	24
CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS A/B/C/D/E/F/G	

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a Lei nº 10.639/2003, que exige a aplicação “dos estudos da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil¹”. Prescreve também que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira sejam ministrados abrangendo todo o currículo escolar, com destaque para as disciplinas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. E ainda determina a inclusão do dia 20 de novembro no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra.

O objetivo deste trabalho é pensar sobre o que a lei 10.639/03 tem alterado na educação durante esses 10 anos em que está em vigor, pois, apesar de circular há dez anos, pouco ou nada acrescentou na vida escolar de muitos docentes e discentes. Embora seja um tema discutido nos meios de comunicação – rádio, televisão e revistas –, a lei ainda não se faz presente em muitas escolas, e a discussão incide na formação do professor, em se tratando do aporte acadêmico e profissional oferecido nas universidades. Além disso, torna-se determinante uma reflexão quanto à importância do negro na formação da sociedade brasileira, o qual, há muito, busca descobrir sua verdadeira identidade.

Sobre os professores recai a grande responsabilidade de promover a conscientização do combate ao racismo e à discriminação em geral – manifestados, muitas vezes, por meio de piadas e brincadeiras nas salas de aula.

O questionamento sobre a referida lei é se de fato os professores estão preparados para aplicar a lei em sala de aula, por meio de

¹ BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003

disciplinas?E como os docentes são formados nas universidades de ensino?

O trabalho destaca também a existente de livros especializados, os quais, entretanto, não são utilizados devido ao despreparo de muitos docentes. Vale ressaltar que, além desses livros auxiliares na aprendizagem, há também obras literárias que trazem em seu enredo histórias de personagens negros de uma forma recorrente. No entanto, mesmo esses personagens assumem papéis na sociedade muitas vezes marcados por racismo e discriminações.

É apresentada uma pesquisa qualitativa realizada em instituições de ensino superior e em escolas públicas e particulares do Distrito Federal, cuja perspectiva é mostrar que a Lei nº 10.693/03, em muitas instituições, ainda não foi implementada. Este trabalho divide-se em três capítulos: *Caminhos e descaminhos da lei*, *Formação e informação* e *Estratégias de aplicação*. As obras mais utilizadas são: *História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: repercussão da Lei 10.639 nas escolas* e *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*.

CAPÍTULO I – CAMINHOS E DESCAMINHOS DA LEI Nº 10.639/03

O Brasil é um país marcado por uma diversidade que se apresenta nos mais diferentes estratos sociais. Em grande medida, esta diversificação tem por base o caráter multirracial, que caracteriza a formação da sociedade brasileira (evidentemente, excluem-se deste raciocínio as questões climáticas, priorizando-se as étnicas), e, nessa perspectiva, as intervenções mais evidentes são aquelas marcadas pelo povo africano.

A cultura brasileira recebeu profundas influências, destacando-se, entre outras, as italianas, alemães, indígenas e africanas. As duas últimas foram as que mais se evidenciaram em todos os campos da sociedade. A influência indígena foi importante na cultura brasileira devido ao legado que foi ficou em nossa terra, pois os índios propalaram práticas culturais e diversos costumes. Foram eles que nos deixaram a herança do uso das redes para descanso, do andar descalço e da utilização de plantas para a cura de enfermidades por meio de métodos caseiros. O influxo da cultura indígena em nossa sociedade não parou. Há influências até mesmo em nossa língua. Exemplos disso são os nomes de lugares, como Tietê e Ipanema². Quanto à dieta do brasileiro, tornou-se comum o consumo de raízes como a mandioca, e de frutas como o abacaxi.

Assim como houve a influência dos povos indígenas, tivemos também a dos africanos, outra das que mais se destacaram. Existem evidências da cultura africana em nossa língua, como observadas nos termos “moleque”, “acarajé”, “jabá” e “cochilar”. Há um rol imenso de palavras deixadas por eles em nosso vocabulário. Além dessa contribuição linguística, os africanos também nos deixaram heranças religiosas, tais como a Umbanda, Kimbando e o Candomblé. Na culinária, passou-se a utilizar ingredientes como o leite de coco, óleo de palmeira, azeite de dendê, entre tantos outros. É notável o importante papel dos africanos no processo de formação cultural do Brasil,

² Tietê é de origem tupi e significa “água verdadeira”, pela junção dos termos *tí* (água) e *etê* (verdadeiro). Ipanema é de origem tupi-guarani. Significa “água ruim, rio sem peixe”.

pois, mediante a inserção de suas práticas e costumes na sociedade brasileira, contribuíram para a formação de uma identidade cultural afro-brasileira.

A diversidade racial no Brasil não é matéria pacífica no que diz respeito às nossas raízes com a África. Apesar das evidências presentes nas mais diferentes áreas, como na linguística (termos, expressões etc.), da grande quantidade de afrodescendentes e da adesão de manifestações culturais, como o samba, por exemplo, a presença do negro e da sua verdadeira história, cultura e religião ainda são pouco ou nada visíveis aos olhos da sociedade. Tanto é verdade, que o Brasil trata como lei o que deveria ser tratado com espontaneidade e naturalidade – haja vista a implantação da Lei nº 10.639/03 (veja Anexo “A”) que, entretanto, apesar de vigorar aproximadamente há 10 anos, até agora, pouco ou nada alterou na formação do brasileiro, especialmente no que concerne à educação.

O objetivo da lei é cooperar para ultrapassar a barreira dos preconceitos e das atitudes discriminatórias, por meio de ações pedagógicas que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional. A Lei torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas brasileiras, públicas e particulares, desde o ensino fundamental até o ensino superior. A referida lei deixa expresso que deverá ser aplicada nos ensinamentos de Português, Artes e Literatura. Entretanto, concebendo a escola como uma comunidade, não são somente professores que devem saber lidar com as questões expressas na lei, mas todos que interagem, direta ou indiretamente, para o aprendizado do aluno: o porteiro, as merendeiras, o diretor, os pais. Todos devem ter conhecimento dessa legislação.

No § 1º, a lei objetiva que seja incluso no currículo escolar o estudo da História da África e dos Africanos. A África é o terceiro continente mais extenso do mundo e o segundo mais populoso do planeta. Apresenta grande diversidade étnico-cultural, social e política. É dividido em 54 países independentes e a extensão do seu território é de aproximadamente 30.264.000 km². Com cerca de 10.000 anos, é uma região subdesenvolvida, que apresenta baixos índices de desenvolvimento econômico.

Segundo Bacic (2004, p. 21) afirma: “A África é também uma das áreas do mundo mais afetadas pela desertificação, fenômeno que reduz a produtividade da terra e compromete a agricultura”.

Existem problemas sociais, como a escravidão e o tráfico, que, conforme o autor citado deixaram marcas profundas e perceptíveis até hoje em diversas áreas da sociedade africana, permeando todo o continente.

Outra importante marca na África é a questão da religião. De acordo com Bacic (2004, p. 30), o povo segue o catolicismo, que cresceu exageradamente, mas sem deixar de lado o protestantismo muito expressivo. Segundo o autor, existe um crescimento de igrejas carismáticas e neopentecostais que estão dando uma nova feição para o cristianismo na África. Não ficam de fora os muçulmanos, que hoje já passam dos 30%. Embora a religião islâmica possua duas correntes principais (sunitas e xiitas), cerca de 95% dos muçulmanos africanos seguem o rito sunita.

O continente africano é dividido internamente em África Antiga, Medieval e Contemporânea.

Na África Antiga encontra-se o Deserto do Saara, que era cortado por rios cobertos de bosques e pastagem, povoado por animais selvagens e pela raça humana. De acordo com Rodrigues (1990, p. 18): “Pode-se afirmar até que a área correspondente ao atual deserto era o \ cobrindo de pinturas rupestres as cavernas da região”.

Com o passar do tempo, houve um aumento de habitantes e as comunidades se expandiram. Segundo Rodrigues (1990, p. 19), conseqüentemente, a maioria da população negra emigrou para o sudoeste, e até hoje os habitantes da África Ocidental (ussá, iorubá, asbanti) afirma descender de emigrantes vindos do nordeste do seu *habitat* atual. Tanto brancos quanto negros emigraram simultaneamente para o leste, onde se estabeleceram às margens do Nilo. Essas migrações sucessivas duraram milênios.

A África Medieval, no século XV, de acordo com Rodrigues (1990, p. 23), assistiu a uma reação europeia, após setecentos anos de hegemonia política, cultural e mulçumana. À medida que os cristãos avançavam na Península Ibérica, desenvolviam o espírito religioso revanchista, o que culminou na Inquisição. No entanto, havia informações de novas terras na África e na Ásia – ainda inacessíveis para eles.

Na África Contemporânea houveram diversas conquistas que, de certa forma, trouxeram a ampliação da economia.

A África contemporânea foi conquistada pelo domínio europeu e foram encontrados os alemães, britânicos, franceses, italianos e portugueses na criação de uma infraestrutura que possibilitasse a exploração econômica. Com a expansão do território africano, chegaram com o trem de ferro os missionários, médicos e soldados. (RODRIGUES, 1990, p. 24)

A África possui muito ouro, diamantes e petróleo, riquezas naturais que não são exploradas para benefício dos povos carentes. E essa é uma das principais causas da fome e miséria nos setores da população.

A caótica situação social na maioria dos países africanos pode ser comprovada por altíssimas taxas de mortalidade infantil e o grande índice de analfabetismo. Atualmente, problemas crônicos como a desnutrição e a AIDS fazem mais vítimas do que vários conflitos que ocorrem no continente. (BACIC, 2004, p. 12).

O continente africano é chamado de “berço da humanidade”, pois grande parte dela encontra suas raízes originadas na África, e também por contemplar uma grande diversidade de culturas, histórias, crenças, bem como de recursos econômicos, vegetação e relevo. No entanto, muitos desses elementos constituem a formação da cultura brasileira, embora existam países da África que, de nenhuma maneira, participaram dessa colaboração.

A Lei nº 10.639/03 não especifica em seus artigos qual África deverá ser estudada, mas apenas determina que seja incluído no currículo escolar o estudo da História da África e dos Africanos. A África apresenta uma diversidade cultural extrema, e manter vivas essas manifestações culturais é

uma necessidade fundamental de fortalecimento da identidade étnica e da construção social africana.

Ao longo do tempo, houve a necessidade de mudança nas questões educacionais em relação às abordagens de temáticas relativas ao negro. No âmbito escolar, o docente é o ser mais próximo dos alunos, capaz de influenciar na formação de opinião, nas mudanças de posturas e ajudando os alunos nas barreiras das ideias preconceituosas, racistas e discriminatórias. No entanto, essa mudança de paradigmas não parte apenas do professor, mas de todos os ciclos da sociedade.

O racismo não está presente somente nas relações sociais. Ele vem tomando dimensões maiores em relações educacionais. Os próprios docentes acabam no erro de fazer autênticas discriminações, e o racismo, de certa forma, é manifestado por meio de piadas, brincadeiras e exposições de discursos presentes em sala de aula. Essas manifestações acabam por se tornarem negativas em relação à etnia afrodescendente.

Os estereótipos que cercam a pessoa negra são fontes de dor e sofrimento para muitos desses jovens e crianças, que acabam tomando a iniciativa de autoproteção, fazendo de conta que não escutam o que não veem. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 100)

Outros fatores que atrapalham o andamento da Lei e o seu cumprimento são o despreparo e desconhecimento dos docentes com relação à temática da cultura negra; a alegação de pouco material didático produzido com respeito ao ensino da história e cultura dos afro-brasileiros; e preconceito de algumas instituições de ensino. As dificuldades apresentadas são sempre as mesmas: a falta de material didático para o desenvolvimento dos temas e a ausência de cursos e especializações sobre a história da África..

O professor tem a responsabilidade de desconstruir boa parte das coisas que lhe foi ensinado. Os docentes veem um grande desafio decorrente da necessidade de se desfazer os enganos que foram aprendidos sobre as culturas de origem africana, uma vez que foram ensinados a pensar na vida

dos povos negros a partir da sua vinda ao Brasil, a fim de serem usados para o trabalho escravo.

Os negros muito contribuíram para o crescimento da economia do país. Mas não somente nessa área: a cultura negra se proliferou em diversos setores da sociedade. E, por isso, existe uma urgência em se observar e estudar as relações entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, e em vivenciar as culturas africanas e afrodescendentes como realidades cotidianas. Portanto, aos professores de educação superior fica a grande busca pelo conhecimento e aperfeiçoamento de matérias específicas sobre a cultura afro-brasileira, bem como a responsabilidade de formar docentes que transmitam aos seus futuros alunos todo o conhecimento relativo à temática do povo negro. Na verdade, o saber intelectual ou acadêmico não é suficiente para capacitar professores, mas principalmente a discussão de experiências pessoais que foram construídas ao longo de muitos anos e que, agora, devem ser tomadas como prática de ensino, havendo por parte do docente uma predisposição em querer encarar o problema.

Outra dificuldade enfrentada na implementação da lei é a questão do material didático. Ele existe; no entanto, não é adotado devido a questões políticas e ao desinteresse e despreparo de quem adquire o material. Na grande maioria das vezes, o material específico não é adotado porque muitos dos responsáveis pela educação não obtiveram formação sobre a história da África, e boa parte dos professores ainda está em processo de aprendizagem. Diante dessa realidade, cabe a eles mesmos procurarem informações sobre os conteúdos a serem ministrados. Este se torna um trabalho dificultoso para os docentes, uma vez que haveria uma sobrecarga de atividades, pois eles têm um conteúdo a cumprir e um livro didático a seguir durante o ano letivo. Muitas vezes, esse professor não faz questão de consultar outras referências bibliográficas e nem mesmo buscar mais informações, seja por desinteresse, seja por despreparo – afinal, eles não podem ensinar aquilo para o qual não foram instruídos, porém vale ressaltar que o docente não passa o que aprendeu somente por livros. As vivências e as experiências fazem parte desse processo de construção de conhecimento para o docente.

Por outro lado, há os materiais não específicos. São os livros de Literatura que podem ser explorados pelo rico conteúdo que naturalmente trazem em si. Em geral, os livros de literatura trazem a história do negro de forma distorcida e apresentam em seu enredo personagens negros cuja vida foi marcada por lutas sociais, medos, revoltas e, muitas vezes, pela sensualidade.

Os estereótipos são fontes de dor e tristeza, pois exploram aspectos negativos, deformados e distorcidos do negro, levando-o a ser percebido somente pela modelação desse mesmo estereótipo.

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DO PROFESSOR

As determinações da Lei nº 10.639/03 (Anexo A), no que concerne à sua aplicação, tem como ponto de canalização o professor e, como fundamentação, a prática docente, devido à necessidade de inserção da História da África e dos africanos no cotidiano escolar. O docente é o agente mediador de boa parte do conhecimento adquirido no mundo escolar. Isso explica o fato de ele exercer uma atividade profissional de natureza pública, uma prática compartilhada que tem dimensão coletiva e pessoal, implicando, simultaneamente, em autonomia e responsabilidade. É o professor quem forma diversas opiniões a respeito de grandes temas, e tem a responsabilidade enorme dentro de um ambiente escolar de romper com as manifestações racistas e discriminatórias.

A referida lei propõe que no currículo escolar se faça o uso da história da África e dos Africanos. Para tanto, a aplicação da lei depende tanto do docente quanto da escola, pois o aluno passa metade do tempo na escola e boa parte das informações é fornecida a ele nesse ambiente escolar. O docente tem a preocupação de refletir sobre as tradições africanas, a partir de um redesenho cultural da escola brasileira, e incentivar alunos a se relacionarem com o mundo de possibilidades que a sociedade negra criou. Cabe ao professor explicar a relevância de informações relacionadas a temas decorrentes da história e da cultura afro-brasileira e africana, e demonstrar aos alunos que a história da África está associada não somente à população negra, mas, ao contrário, diz respeito também à nação brasileira. O docente tem agora a

responsabilidade de formar indivíduos pensantes e flexíveis, capazes de entender que sua sociedade é formada por diversos grupos étnicos e que podem utilizar o conhecimento historicamente construído como instrumento de compreensão para agir sobre essa sociedade.

O professor deve mostrar a seus alunos a importância de uma nova identidade, que nunca foi mostrada, nunca antes vivida, com o objetivo de conscientizar os alunos de que nossa sociedade é multicultural e pluriétnica.

Cabe ressaltar que a informação é de fundamental importância na vida de qualquer cidadão, pois promove o desenvolvimento e inclui o sujeito no contexto social. Por isso, cabe à escola e ao professor utilizarem as ferramentas necessárias para erradicação do racismo, dando a oportunidade de incluir a população nos conhecimentos sobre a cultura afro, uma vez que promover conhecimento é consolidar os direitos do cidadão favorecendo sua inclusão social.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o docente tem nas mãos a responsabilidade de transmitir informações a seus alunos a respeito da cultura da África, como estabelecido em lei. Muitas escolas ocultam essas informações que poderiam ser repassadas de forma a desconstruir boa parte do racismo presente. Nesse sentido, Arantes e Silva afirmam que:

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que se transmita aos alunos uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças; ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento, muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais (ARANTES e SILVA, 2001, p. 22).

Não é apenas o silêncio das escolas que atrapalha o andamento e funcionamento da lei. Existem questões no cenário educacional que dificultam ainda mais a sua implementação. Um exemplo dessa dificuldade é o fato de o professor não ter formação adequada para tratar de conhecimentos relativos à

cultura afro-brasileira (impasse que começa na formação acadêmica). O docente não é aparelhado, tampouco existe um investimento por parte dele.

Quando se trata de discussões étnico-raciais, as instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, pouco ou nada alteraram em seu currículo de base. Muitas dessas instituições oferecem a disciplina de uma forma precária, não valorizando a existência da lei e seu verdadeiro objetivo.

As universidades de ensino e as escolas públicas e privadas deixam a desejar quando se trata da implementação da lei (Anexo B). Muitas instituições de ensino do Distrito Federal não inseriram a referida lei na estrutura educacional da própria instituição ou mesmo alguma disciplina sobre estudos afro-brasileiros, devido ao desconhecimento e despreparo da escola em oferecer a disciplina aos discentes. Porém, existe uma quantidade mínima de universidades e escolas que já dispuseram em seu currículo a disciplina que trata especificamente dos estudos destinados à África e sua cultura.

Essa carência de implantação da referida lei faz com que docentes saiam de universidades sem aporte teórico consistente. O que ocorre com a maioria dos docentes é que, quando eles saem das instituições educacionais, sem possuírem em seu currículo uma disciplina que trate especificamente sobre a África, encaram uma difícil realidade: a de tratar sobre o assunto, desprovidos de conhecimento específico, diante de vários alunos.

Um caso de fácil percepção é o que tem ocorrido com os professores da educação básica, os quais atuam há muitos anos nas escolas públicas. Eles apresentam um despreparo quando se trata de trabalhar estudos afro-brasileiros. Esses professores não tiveram formação para falar da África e tampouco sobre suas influências no Brasil.

Nesse mesmo contexto de despreparo, o professor começa a levar

experiências empíricas para dentro de sala, isto é, mediante aquilo que já vivenciou ou presenciou na sociedade, começa a repassar a seus alunos aquilo que foi absorvido por ele no dia a dia. Em importante medida, o professor constrói seu conhecimento por informações absorvidas pela imprensa, televisão, redes sociais, o que significa a obtenção de uma pouca visibilidade da realidade do negro. Essas informações fazem com que ele trate esses temas de forma parcial. Não existe por parte do docente um preparo para tratar de um tema sensível, que pode alterar a forma de pensamento do aluno. De certa forma, o professor filtra os conhecimentos que lhe chegam a respeito da cultura africana, pois nem tudo faz sentido para ele e nem tudo é por ele incorporado. Isso não decorre, necessariamente, de fatores cognitivos. Há questões sociais, culturais e afetivas envolvidas nesse processo, ou seja modos de ser, representações, valores, vida grupal, relações profissionais, referências, com base nas quais ele age e atua profissionalmente sobre as questões raciais, transmitindo aos alunos uma superioridade branca da educação, e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao segmento negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, mas, ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais.

Não se sabe quais são as condições que precisam ser criadas para que os investimentos na formação de professores com relação aos estudos afro-brasileiros resultem em aperfeiçoamentos de suas práticas pedagógicas e de suas opiniões dentro de sala. O professor trabalha com um público plural, portador de características procedentes de diferenças sociais. Torna-se imprescindível a sensibilidade para a compreensão e o tratamento das ações e do imaginário dos estudantes. Por isso, faz-se necessário que os cursos de formação de docentes dialoguem com o cotidiano dos professores, tendo como objetivo a reordenação de concepções apreendidas fora do mundo acadêmico, trabalhando com eles questões que futuramente serão cobradas em um

ambiente escolar, na tentativa de se dar suporte a algo que vai bem além dos muros escolares, ou seja, o combate ao preconceito racial.

A aplicação da Lei nº 10.639/03 tem como impedimento não apenas o despreparo do docente e sua não formação, ou o descaso por parte das instituições. Há um longo caminho a se percorrer quando se trata de sua aplicação, pois ainda existem questões que vão muito além. Uma delas é que existem livros especializados que foram criados para completar e suprir as necessidades dos livros didáticos, mas que não são utilizados. Esses livros tratam de conteúdos relacionados à história da África e podem ser aproveitados como base no confronto entre história e realidade. Esses livros didáticos dariam suporte também aos professores na construção de uma sociedade antirracista e igualitária.

Os livros didáticos normalmente utilizados são providos de estereótipos do negro e valorizam apenas os da raça branca. Esses materiais foram produzidos de maneira diferente à forma de enxergar a posição do negro na sociedade. Exemplo de valorização de apenas uma raça em obras didáticas é a Cartilha *Caminho Suave*, da autora Branca Alves de Lima (Anexo B), que durante anos alfabetizou gerações de brasileiros nas décadas de 1950 e 1960. Era um livro oficial do governo, de qualidade, que alfabetizava por meio de imagens. O método de ensino transmitido pela cartilha dava aos alunos uma gama de conhecimentos, pois dava ênfase às figuras na aprendizagem; porém, a capa do livro já emblema uma situação de descaso à contemplação do negro, pois traz a imagem de duas crianças brancas a caminho da escola. Não se trata de um defeito da obra, mas sim da falta de consciência de outros tempos, em que não se discutia a presença do negro.

Hoje, entretanto, existem livros que tratam especificamente do assunto, como, por exemplo, *Minha África Brasileira* (Anexo C), um livro de Natanael dos Santos, que aborda a História da África de forma a explicar as raízes africanas. A obra é dividida em *A história da capoeira*, *A história da escrita*, *Rainha Nzinga*, *Os papas negros*, *André Rebouças*, *Juliano Moreira*, *Frente negra brasileira*, *Religiões de matrizes africanas*, *Biótipo do negro* e *Anemia*

falciforme. O livro contempla toda a temática relativa ao negro e coloca em seus capítulos personagens negros e brancos em um diálogo de cultura e raça, como afirma o autor no prefácio:

Por muito tempo, o negro desconheceu as origens do seu biótipo. Por isso mesmo, ele foi motivo de maldosas brincadeiras e piadas relacionadas à sua cor da pele, cabelo, nariz e boca. Julgamos pertinente inserir nesta obra algumas elucidações a respeito desse assunto de modo que o público saiba um pouco mais sobre a constituição da corporeidade dos negros. Dentro desse mesmo quadro, apresentamos as religiões de matizes africanas, no intuito de despertar o interesse pelo aprendizado da pluralidade da cultura africana e afro-brasileira e toda a simbologia da cultura de sua ancestralidade. Nesse mesmo contexto, apresentamos as características de anemia falciforme, uma doença genética que incide no interior da raça negra e seus descendentes. (SANTOS, 2009, p. 9)

A obra explora ainda temas que mostram a resistência dos negros na escravidão. Um exemplo a ser percebido é a capoeira, uma arte criada pelos negros na contemplação dos movimentos dos animais. Essa arte serviria de defesa contra os opressores. No entanto, é tão importante falar sobre isso que o livro explica de forma simples e simbólica a História da Capoeira.

A capoeira nasceu no Brasil e se desenvolveu baseada nas características físicas do negro.
O negro escravo trabalhava de sol a sol, tendo seu corpo altamente definido e resistente: por isso foi fácil adaptar os movimentos dos animais para o seu próprio corpo.
É claro que a cultura da capoeira não fazia parte do currículo escolar e dos livros.
E sim, estava guardada no corpo, na mente, na vivência histórica através de gerações.
O negro trouxera da África lembranças dos jogos e danças, como: zebras e nangolo. Estas danças eram realizadas para conquistar o amor de uma mulher. (SANTOS, 2009, p. 12 e 13)

Outro tema importante do livro é a *História da Escrita*. De uma forma didática, o capítulo ilustra como foi importante o continente africano na descoberta da escrita.

Uma das mais importantes descobertas modificou totalmente a história da escrita.
Vem do continente africano e revela a nacionalidade de seus autores.

Essa descoberta antecede em 2500 anos as primeiras tentativas chinesas e em 3100 anos a invenção de Gutenberg na Europa. Arqueólogos americanos John e Débora Darnell, em um vale do Egito, encontraram grafites com símbolos alfabéticos que levaram à “invenção” do alfabeto. O mais interessante é a ciência provando a contribuição do continente africano para a humanidade. (SANTOS, 2009, p. 21)

Vale a pena ressaltar também que, em outro capítulo, o livro apresenta de forma ilustrativa o biótipo do negro, normalmente estereotipado por pilhérias. O capítulo mostra que o negro, na maioria das vezes, não fala sobre si porque não sabe sua verdadeira história.

Eu sou negro, mas na minha casa não se valorizava o biótipo do negro, achando que tudo era feio.

Por que era feio?

Porque na minha família não se conhecia o nosso biótipo; por exemplo: o meu cabelo sempre foi chamado de pixaim, de duro, mas na verdade ele é carapinha.

Mas o que significa carapinha?

Carapinha é o cabelo do negro, pois ele enrola no couro cabeludo, protegendo dos raios solares. Lá na África a temperatura chega a 45-50 graus Celsius. Se o meu cabelo não fosse carapinha, ou seja, supercrespo, não enrolaria no couro cabeludo e não protegeria dos raios solares, além do mais ele é preto e o preto não reflete a luz do sol, ou seja, não queima meu couro cabeludo.

Mas isso muda todo um conceito! (SANTOS, 2009, p. 49 e 50)

Nesse contexto de descobertas, o livro explica também a história das maiores religiões que tiveram influências africanas, o que faz o leitor desconstruir boa parte do preconceito atribuído a algumas religiões.

Aqui no Brasil existem várias religiões: catolicismo, protestantismo, umbandismo, candomblé, cardecismo, judaísmo, muçulmanos.

A palavra macumba aqui no Brasil sempre esteve ligada com religiões de matriz africana, mas, na verdade, “macumba é uma palavra do idioma banto que significa festa ou reunião de instrumentos”.

Então “macumba” não tem nada haver com a religião africana?

É claro que não!

O que é religião africana então?

O candomblé é uma religião afro-brasileira, que utiliza de energias da natureza, marcado pelo africanismo, quer dizer, palavras e expressões de origem africana.

Poxa! agora me dá uma tal angustia de não saber...

Perceba que as palavras cuja origem vem do continente africano estão inseridas em nosso dia-a-dia e nas religiões de matrizes africanas, através de cantos, nomes de comidas e instrumentos.

A Umbanda e o Candomblé, sofrem incompreensão por falta de conhecimento.

São religiões que vieram do continente africano e ajudaram os negros a sobreviver nesta terra chamada Brasil, regando essa terra com seu suor e sangue, recriando um “novo país”. (SANTOS, 2009, p. 56 e 57)

Outra obra especializada, que também rompe com muitos preconceitos raciais, é o livro de Veralindá Ménezes, *Princesa Violeta* (Anexo D), que conta a história de uma princesa negra que descobre que seu pai, o rei, queria ter um filho homem. O livro ilustra imagens de negros na sociedade como reis e rainhas, algo talvez nunca apreciado em livros didáticos brasileiros.

Era uma vez um lugar muito lindo chamado de Reino Tropical. Neste lugar havia muitas florestas, rios e cachoeiras. O clima era super agradável e quentinho o ano todo e o mar que rodeava o Reino tinha a água cristalina.

Este reino era riquíssimo. Suas casas e castelos eram todos feitos de ouro, mármore e rubis. As pedras preciosas eram tantas que rolavam pelo chão.

Neste lugar morava a belíssima Princesa Violeta, uma das jovens mais lindas e gentis da face da Terra.

Seu corpo era perfeito, e sua *pele cor de bombom de chocolate, cheirosa como as rosas e macia como seda!* Seus olhos negros e espertos tinham o brilho das estrelas e sua boca de *lábios carnudos e em forma de coração tinha a cor de morangos*. Seus cabelos eram *pretos e crespos enroladinhos, em cachinhos miúdos, macios e perfumados. Aquela cascata de cachinhos* caía até os ombros, completando a sua beleza. (Grifos meus) (MENEZES, 2008, p. 5)

A história descreve a princesa, o rei e a rainha, deixando em evidência a presença da cor de uma forma positiva, mostrando ao leitor que os personagens principais nessa história são negros. Portanto, a impressão sugerida nesse trecho da história é a de que essas qualidades em um texto mostram a valorização e o estímulo à autoestima do negro, conscientizando o branco de que existem outros padrões de beleza que valorizam o ser negro.

O Rei Lírio, seu pai, era um homem muito forte e poderoso, e ao mesmo tempo bonito, elegante e agradável. O povo o amava e o respeitava.

Ele era um homem muito bonito, de pele da *cor de café com canela*. Tinha *cabelos pretos e muito fofinhos, enrolados em cachinhos que lembravam o desenho de um favo de mel*. (Grifos meus) (MENEZES, 2008, p. 8)

O livro valoriza a presença de seus personagens negros e destaca a forma física, atribuindo qualidades aos seus personagens, porém essas qualidades destacam uma forma positiva a imagem do negro.

Não são apenas esses livros que circulam hoje na sociedade. Existem outros como *Jongo do Sudeste* (Anexo E) – editado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –, que trata da história da manifestação cultural diretamente ligada à cultura brasileira. O jongo é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva, elementos mágico-poéticos e religiosidade³. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, aproximando-se da origem do samba.

Um dos cantos utilizados por várias comunidades jogueiras revela a luta do negro contra a escravidão:

Tava dormindo

Angoma me chamou

Disse levanta povo

Cativeiro se acabou (IPHAN, 2007, p.22)

Jongo e tambor consolidaram-se como formas expressivas e lúdicas da população escrava que se concentrava nas fazendas de café e cana-de-açúcar, na região sudeste. Essas formas de expressão estão diretamente ligadas à origem do samba.

Na realidade, esses livros não são utilizados pelos professores. Contudo, existiria uma mudança significativa na vida e nas concepções do aluno, se boa parte dos livros especializados fossem adotados.

Nesse mesmo contexto, vale a pena destacar a presença de outro material disponível ao professor: os livros de literatura. Esses livros,

considerados materiais não especializados, trazem a presença do negro de maneira recorrente em suas histórias. Neles, os personagens, via de regra, assumem papéis na sociedade marcados por discriminações e pela modelação do estereótipo.

A literatura contribui duplamente para a abordagem sobre o negro. Se, por um lado, é veículo de incentivo à discriminação e ao preconceito racial, por outro, leva o leitor a perceber os danos causados por essas práticas.

Nessa perspectiva de luta contra o racismo e exploração da referida lei, cabe ao docente construir práticas pedagógicas com esse material não específico, que são os livros de literatura. Embora pouco explorados, apresentam uma diversidade de histórias que possibilitam a visualização do negro na sociedade e possibilitam ao aluno a importância de conhecer a essência de suas raízes.

CAPÍTULO III – ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

Quando se trata da aplicação da Lei nº 10.639/03 (Anexo A), percebe-se a intenção de formar pessoas menos racistas e mais conhecedoras de suas raízes. A escola é um dos locais onde as manifestações racistas e discriminatórias acontecem constantemente, quando, ao contrário, deveriam ser amplamente combatidas. Esse ambiente escolar, por sua vez, tem a função de abrir os olhos dos alunos para a história de um continente marcado por diversidades e complexibilidade. É necessário que se façam discussões sobre a diversidade nas escolas, desde a infância. O preconceito e o racismo são ações que devem ser rompidas.

Pode-se dizer que o melhor espaço para aplicação da referida lei é no Ensino Médio. Dentro dessa reflexão, a intenção é conscientizar os alunos que estão em fase de descobertas, em processo de formação das próprias escolhas. É importante implementar a discussão destes temas nessa fase do período escolar, uma vez que muitos não sabem a grandeza do simbolismo brasileiro quando se trata de negros e brancos.

Nessa mesma perspectiva, é de suma importância que o jovem saia da escola sabendo lidar com as diferenças. Muitos deles tratam a ideia do racismo de forma natural. Isso ocorre porque o racismo e a discriminação são manifestados dentro de casa, mesmo que de forma latente aos olhos da sociedade, mas que, com o passar do tempo, só tende a aumentar para quem sofre.

No espaço escolar, principalmente no Ensino Médio, é importante que se coloquem adolescentes para refletirem sobre a valorização da história e cultura afro-brasileira, e aprendam a lidar com as diferenças raciais por meio de discussões e debates sobre a influência do negro na sociedade. Não excluindo o Ensino Fundamental – em que também é imprescindível trabalhar a questão de nossas influências, a prioridade da referida lei é mostrar aos alunos do

Ensino Médio a importância de valorizar sua etnia e expor aos alunos a importância do negro em nossa sociedade, trabalhando nos discentes a identidade negra de uma forma positiva e estabelecendo, dessa forma, um laço entre a história da África e a cultura brasileira.

Outra questão importante quando se trata de trabalhar com alunos a questão do racismo manifestado é o professor perceber que trabalha com livros de literatura passíveis de serem utilizados como fonte para apoio. Esses materiais podem ser explorados como forma de demonstrar tanto o incentivo quanto o combate ao racismo. É nessa perspectiva que a literatura combate as ideias racistas e discriminatórias, que vêm sendo construídas ao longo dos anos a respeito do negro.

Uma das estratégias de aplicação da lei em questão é trabalhar com fotos de escritores negros (Anexo G), explorando a imagem deles, propondo aos discentes uma leitura visual da imagem do escritor negro. Dentre esses escritores citados, merecem destaque para os objetivos desse trabalho Teixeira e Souza e Machado de Assis – aquele, como autor do primeiro romance brasileiro da literatura⁴, e este, fundador da Academia Brasileira de Letras, considerado pela crítica um dos melhores escritores. É importante que o aluno tenha consciência de que a presença do autor negro é importante tanto na literatura quanto na sociedade brasileira. Dessa forma, o discente adquire consciência para lidar com a questão do racismo e perceber a dimensão desse tipo de discriminação no âmbito social.

Outra estratégia de ensino é utilizar a literatura para combater o racismo, evidenciando ao discente a importância e a essência do negro na sociedade. Outro ponto positivo é levar o aluno a despertar interesse pelas questões raciais, mostrando que o negro teve sua importância na sociedade e influência marcante em todos os estratos social. No entanto, existem aspectos na literatura que contribuem para estimular o racismo: são os textos que expõem histórias de negros de forma estereotipada e mostram o negro de uma forma

⁴ Primeiro romance brasileiro, intitulado "*O filho do pescador*".

excêntrica, levando o leitor (neste caso, o aluno) a formar uma opinião sobre o negro com base em ideais racistas e discriminatórias.

Na literatura, existem obras que trazem em seu conteúdo ideias que podem incentivar ações racistas e preconceituosas. A literatura explora fatos cotidianos do personagem negro, estereotipando sua imagem, fazendo com que o aluno construa uma visão negativa a respeito. Exemplo disso é o episódio de *Viagem à Casa da Ponte*, da obra *O Risco do Bordado*, de Autran Dourado. Neste episódio, o autor conta a história de prostitutas que não podem sair para comprar sapatos, por serem discriminadas pela sociedade. Impossibilitadas de sair, os garotos vão até o prostíbulo venderem os sapatos, para que as prostitutas possam comprar. Eles são recebidos por uma senhora negra, empregada da casa. Todas as personagens têm nome, embora sejam prostitutas. Já a personagem negra tem seu nome omitido – é chamada de “preta”. E ainda é dito que ela fede por ser negra, sem que o texto explique os motivos pelos quais isso acontece.

A porta se entreabriu, e uns olhos esbugalhados e amarelos da *preta* rebrilharam lá dentro. Quem taí, perguntou a voz meio grossa [...] A *preta* disse vão entrando que eu vou chamar as mulheres e resmungando se afundou pelo corredor adentro. Quando a *preta* chegou no fundo do corredor, olhando para trás e vendo os dois parados, disse vocês não vêm? O *bodum ardido da preta* ficou zunindo no ar... A *preta* sumiu para dentro da casa, eles esperando. Das muitas portas que se abriam para a sala, podia surgir a qualquer momento a primeira delas. Bem que podia não ser a Teresinha Virado, pensou João, agoniado [...] *Um engulho seco, o bodum da preta ainda grudado no nariz, uma ânsia de vômito.* (Grifos meus) (DOURADO, 1996,p. 26-27)

Entre outras obras, existe uma que merece destaque: *Urupês*, uma coletânea de contos e crônicas do escritor Monteiro Lobato. Nela, existe um texto específico para o trabalho em questão: *Bocatorta*, que conta a história de um personagem negro de boca torta, porém a sociedade passa a trata-lo como um monstro, pois ao decorrer do texto é formada uma idéia estereotipada sobre o personagem.

Bocatorta excedeu a toda pintura. A hediondez personificara-se nele, avultando, sobretudo, na *monstruosa* deformação da boca. Não tinha beijos, e as gengivas largas, violáceas, com raros cotos de dentes *bestiais* fincado às tontas, mostravam-se cruas, como enorme chaga viva. E torta, posta de viés na cara, num esgar *diabólico*, resumindo o que o feio pode compor de *horripilante*. Embora se lhe estampasse na boca o quanto fosse preciso para fazer daquela criatura a culminância da *ascosidade*, a natureza malvada fora além, dando-lhe pernas cambaias e uns *pés deformados que nem remotamente lembravam a forma do pé humano*. E *olhos vivíssimos, que pulavam das órbitas empapuçadas, veitados de sangue na esclerótica amarela. E pele grumosa, escamada de escaras cinzentas*. Tudo nele quebrava o equilíbrio normal do corpo humano, como se a teratologia caprichasse em criar sua obra-prima. (Grifos meus) (LOBATO, 1990 p. 224)

A obra trata o personagem como um ser horrendo e atribui qualidades negativas a ele, reiterando a cada momento que é um garoto desagradável pelo fato de ser negro.

Outro ponto que merece destaque acerca das discussões sobre o incentivo à discriminação e ao racismo é o fato de a Crítica Literária, no século XIX, mencionar um autor pela sua cor.

Em 1907, José Veríssimo, enfim, reconhece virtudes em Cruz e Souza e diz: “os *Últimos Sonetos* modificaram muito o juízo que desde o primeiro livro de versos fiz do malogrado poeta. Se a poesia, como toda arte, tende ao absoluto, ao vago, ao indefinido, ao menos das comoções que há de produzir em nós, estou quase certo em dizer que Cruz e Souza foi um grande poeta. Os dons de expressão que faltam ao seu estro e faltam à moda clássica, os supriu o sentimento recôndito, aflito, doloroso, sopitado, e por isso mesmo, trágico, das suas aspirações de sonhador e da sua mesquinha condição de negro, de desgraçado, de miserável, de desprezado.” (VERÍSSIMO, 1997, pp. 96-100)

Por outro lado, existem obras que combatem a discriminação, conscientizando o leitor contra o racismo de forma a mostrar a boa presença do negro na sociedade. Essas obras valorizam o negro mostrando a importância da sua participação na sociedade. Um exemplo de obra que pode ser utilizada como estratégia para combater o racismo, e que trata de forma visível o negro, merecendo, portanto, destaque, é a obra *Emparedado*, de Cruz e Souza.

... Deus meu! Por uma questão banal da química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes fósseis preocupados a ruminar

primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável! Mas, que importa tudo isso? Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre? (CRUZ E SOUZA, 2000, p. 669)

O personagem questiona por que está sendo criticado pelo fato de ser negro, mas tem consciência e orgulho de ser negro, e tenta combater o preconceito mostrando que mesmo pela sua condição de cor não deve ser julgado.

Nessa mesma perspectiva de combater o racismo, a obra *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves, ressalta aspectos positivos do personagem. O personagem negro é destacado pelas suas qualidades, com ênfase na valorização da autoestima do personagem negro.

[...] os *dentes* eram das coisas que o Francisco tinha de mais *bonitas*. *Lábios carnudos*, mas não exagerados, e uma fileira de *dentes muito brancos e muito certinhos*, como se tivessem sido *talhados um a um por grande artista*. (Grifos Meus) (GONÇALVES, 2006, p.299)

Outra estratégia de ensino que pode ser utilizada é mostrar aos alunos que, com o advento dos meios de comunicação independente por meio da internet, foi criado um *blog* para divulgar a produção literária de escritores e escritoras, poetas e poetisas afro-brasileiros, afro-americanos e de países africanos.

O **Literatura Subversiva** está no ar desde 2009, com o objetivo de divulgar a produção literária de escritores(as), poetas e poetisas afro-brasileiros, afro-americanos e de países lusófonos do Continente Africano. Seu conteúdo não é restrito ao público acadêmico, mas às pessoas que se interessam por leitura, poesia e literatura independente de sua tez ou classe social. Sem perder o foco do trabalho que é apresentar a literatura produzida pelos afrodescendentes, ou seja, uma representação positiva dos negros e especificamente das mulheres negras nos meios de comunicação, este **blog** contém entrevistas com escritores e escritoras, indicação de editoras, livrarias, bibliotecas, sebos, poemas, artigos, indicação de leituras, fotos, vídeos, ensaios, agenda cultural, indicação de sites e blogs de organizações que promovem políticas de promoção da igualdade racial e outras não vinculados às organizações negras. Deste modo, o **blog Literatura Subversiva** é um meio de apresentar a cultura negra na diáspora produzida no âmbito intelectual. <http://litsubversiva.blogspot.com.br>. Acessado em 05/01/2013 às 14:35:00.

O blog *Literatura Subversiva* apresenta textos e obras de escritores negros e mostra como a cultura africana foi importante para o crescimento da literatura brasileira.

Vale ressaltar que não é apenas a literatura brasileira que considera a presença do negro. A literatura internacional também, além de abordar sobre o negro, dá voz aos personagens negros com destaque para sua valorização na sociedade. Um exemplo de obra internacional é o romance intitulado *Uma ilha sob o mar*, de Isabel Allende, que dá espaço ao negro, de uma forma que a literatura brasileira não faz. A obra inova a estética investindo em recursos estruturais e formais que se desdobram a partir de um duplo foco narrativo. Há um narrador onisciente intruso (3ª), sucede a narração de um autodiegético (1ª), e ambos narram os mesmos acontecimentos relativos a uma escrava negra. As inovações da escritora repercutem no conteúdo, na interpretação e, por consequência, na conscientização do leitor.

Portanto, o importante é que as estratégias de aplicação da Lei nº 10.639/03 sejam utilizadas pelo docente para combate ao racismo e à discriminação, manifestados dentro e fora das escolas. É fundamental que o professor tenha conhecimento sobre os estudos africanos, a fim de que possa transmitir a seus alunos a importância da cultura africana na formação da sociedade brasileira, na concepção de cidadãos mais conhecedores das próprias raízes.

CONCLUSÃO

A lei 10.639/03 tem atualmente dez anos de implementação, porém durante o trabalho foi observado através de pesquisa que muitos estudantes e até mesmo professores não tinham conhecimento sobre o que a referida lei poderia alterar na formação da sociedade brasileira.

Em uma perspectiva de mudanças sobre a referida lei, espera-se que o professor busque conhecimentos sobre a lei, não apenas em universidades, pois o conhecimento empírico é importante para discussões sobre racismo e discriminações. Porém, o que se espera do docente é que busque dentro de práticas pedagógicas auxiliar seu aluno a desfazer antigas opiniões que foram formadas ao decorrer da vida escolar e até mesmo do cotidiano fora da escola.

Para a referida lei, o mais importante é mostrar ao aluno o motivo de ser comemorado o dia 20 de novembro, o motivo de se estudar a História da África, e o principal fazer com que esse aluno saia da escola consciente que o povo negro teve fundamental importância em nossa formação social e cultural. O professor precisa levar esse aluno a perceber que, acima de tudo, a África não é apenas um continente marcado por miséria, ele tem de preencher no aluno o vazio que é a falta de conhecimento sobre a história de um povo que teve valiosa influência sobre sua vida e seus costumes.

Para a escola e professores, silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, mas, ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro.

Portanto espera-se que com a referida lei professores e escolas possam confrontar a história do povo negro com a realidade brasileira, formando indivíduos pensantes e flexíveis, capazes de entender e desconstruir a partir de discussões e debates sobre obras literárias boa parte do racismo e da discriminação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. **O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba**: imaginário, poder e exclusão social. Curitiba, 2003. Dissertação de Mestrado em Educação, UFPR.

ALLENDE, Isabel. **A Ilha Sob o Mar**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

ARANTES, Adline Silva. SILVA; Fabiana Cristina. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: repercussão da Lei 10.639 nas escolas. Petrolina: Moderna, 2001.

BRASIL. **JONGO DO SUDESTE**. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional Governo Federal, 2007.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CRUZ E SOUZA, João da. Emparedado In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro; Nova Aguilar, 2000.

DOURADO, Autran. **O Risco do Bordado**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

VERISSIMO, José. Estudos de Literatura Brasileira, pp 96-100, São Paulo, EDUSP, 1977.

FRANCHINI A.S. & SEGANFREDO, Carmen. **As Melhores Histórias da Mitologia Africana**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2008.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um Defeito de Cor**. São Paulo: Record, 2006.

LIMA, Branca Alves de. **Cartilha Caminho Suave**. São Paulo: Globo, 1990.

LOBATO, Monteiro. Urupês. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MENEZÉS, Veralindá. **Princesa Violeta**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2008.

OLIC, Nelson Bacic. **África.Terra,Sociedade e Conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

PRUDENTE, Celso. **Mãos Negras**: Antropologia da Arte Negra, São Paulo:Panorama, 2002

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre emancipação intelectual. Tradução VALLE, Lílian do Valle. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

RIBEIRO, A.S.T et al. **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola**. Brasília: Via Brasília, Ágere Cooperação em Advocacy, 2008.·.

RODRIGUES, João Carlos. **Pequena História da África Negra**. São Paulo: Globo, 1990.

SANTOS, Natanael. **Minha África Brasileira. Educação e Diversidade**. Campinas: Globo, 2009

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Relações Raciais no Cotidiano Escolar**: Diálogos com a Lei 10.639/03, Rio de Janeiro: Rovele, 2009.

<http://litsubversiva.blogspot.com.br>. Acessado em 05/01/2013 às 14:35:00.